



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE CONTRATOS

1º Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 26/2024, firmado
entre a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO** e
a empresa **UNIKA TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife, PE, CEP 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, nomeado pelo Decreto de 10 de outubro de 2023 da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **UNIKA TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 11.788.943/0001-47, sediado(a) na Rua Dr. Epaminondas de Melo, 39, Olinda/PE - CEP: 53130-550, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada por Rafaela Fabiana Sampaio Gomes Noia (representante legal), conforme consta nos autos, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, com base no contido no processo administrativo nº **23076.049677/2025-89**, ajustam o presente Termo Aditivo sob as cláusulas e condições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar, excepcionalmente, a vigência do Contrato nº 26/2024, por mais **02 (dois) meses**, expirando-se em **10/08/2025**, tendo por fundamento legal o art. 20 e parágrafo único do Decreto-Lei nº 4657/42, sob a seguinte justificativa:

I – Essencialidade do serviço – os serviços de limpeza e conservação predial são contínuos e indispensáveis para assegurar condições sanitárias e de segurança a uma comunidade acadêmica superior a 40 mil pessoas, abrangendo laboratórios, clínicas e demais unidades administrativas.

II – Risco concreto de descontinuidade – o novo procedimento de contratação (Dispensa Eletrônica nº 90.006/2025) ainda se encontra na análise habilitatória da 4ª colocada, e a licitação ordinária nº 23076.081502/2023-46 permanece na fase de planejamento, não havendo tempo hábil para conclusão antes de 10/06/2025.

III – Esforços documentados da Administração – desde agosto/2023 foram instaurados sucessivamente: (a) processo licitatório ordinário; (b) contratação emergencial em 2024; e (c) nova dispensa emergencial em 2025, com nove empresas convocadas e diversas diligências, evidenciando boa-fé e diligência administrativa.

IV – Fundamentação jurídica excepcional – o art. 147 da Lei 14.133/2021, combinado com o art. 20 da LINTB, autoriza a manutenção temporária de contrato com vício formal quando a interrupção ameaçar o interesse público, desde que precedida de análise jurídica específica, a ser juntada aos autos.

V – Medida delimitada e controlada – a prorrogação terá caráter *temporário e não renovável*, limitada a 02 (dois) meses, com cláusula de encerramento antecipado (“morte súbita”) mediante aviso prévio mínimo de 30 dias, caso a nova contratação se formalize antes do termo final.

Estas razões demonstram que a presente prorrogação é estritamente necessária para evitar dano grave à coletividade, garantir a continuidade do serviço público essencial e preservar o interesse público primário, sem constituir precedente para futuras contratações. (questionário de avaliação - doc. 09).

Parágrafo único. A prorrogação será passível de encerramento antecipado, mediante comunicação à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, quando da celebração de novo contrato oriundo da dispensa de licitação, sob o número 23076.009997/2025-84.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. O valor estimativo mensal da contratação será de **R\$ 1.248.121,96 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, cento e vinte e um reais e noventa e seis centavos)**, perfazendo um valor estimativo global de **R\$ 2.496.243,92 (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos)**, correspondente ao período de 10/06/2025 a 10/08/2025.

Parágrafo único. Estes valores podem ser revistos em virtude da conclusão do processo administrativo nº 23076.001294/2025-34 que trata de pedido de repactuação realizado pela CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, com base na Lei Orçamentária Anual - Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025, publicada no DOU em 10/04/2025, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 15233/156409;

Fonte de Recursos: Tesouro/Próprio;

Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0026 – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica;

PI: M0026G0124N

Nota de Empenho: 2025NE000097

4. CLÁUSULA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATADA, para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato, prestará garantia no valor de **R\$ 124.812,20 (Cento e vinte e quatro mil, oitocentos e doze reais e vinte centavos)**, equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, para registro mediante apostila, no prazo de 10 (dez) dias úteis contado da assinatura deste termo aditivo, sob pena de sua inocorrência caracterizar-se infração contratual sujeita às penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda do Contrato ora aditado.

5. CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo vai eletronicamente pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem, e por duas testemunhas.

Recife, _____ de junho de 2025.

ALFREDO MACEDO
GOMES:419720744
15

Assinado de forma digital
por ALFREDO MACEDO
GOMES:41972074415
Dados: 2025.06.10
16:57:11 -03'00'



Documento assinado digitalmente
RAFAELA FABIANA SAMPAIO GOMES NOIA
Data: 10/06/2025 17:20:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:



Documento assinado digitalmente
AMANDA MARIA VALDEVINO DA SILVA
Data: 11/06/2025 09:24:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente
CARLOS LEANDRO SOARES VIEIRA
Data: 11/06/2025 10:26:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>